

PRODUÇÃO SOCIAL DA CIDADE OPERÁRIA PELA HABITAÇÃO: RIO DE JANEIRO, 1875-1925

Luciana Alem Gennari
IPPUR/UFRJ
lagennari@gmail.com

Introdução

A habitação, enquanto questão social e urbana, ganhou força nos países industriais ou em processo de industrialização como um problema coletivo que deveria ser resolvido em caráter amplo e com soluções pretensamente universais desde a primeira metade do século XIX. Fatores como o aumento da população por diminuição da mortalidade e migrações, as transformações na organização do trabalho e as inovações técnicas provocaram mudanças no ordenamento territorial, fazendo com que a moradia, em especial a das camadas mais pobres, emergisse como uma das principais questões públicas (Benevolo, 1967). Nessa perspectiva, ela foi tratada, de um lado, no sentido de provimento material dessas cidades, na esfera das discussões de caráter técnico sobre infraestrutura e salubridade urbana e social e, por outro lado, serviu para a administração pública como um elemento fundamental para se propor novos arranjos territoriais.

No Brasil, o problema da habitação nesta acepção entrou em voga por volta de meados do século XIX, quando suas principais cidades tiveram seus papéis política e economicamente dinamizados, apresentando índices de crescimento populacional e da área urbanizada proporcionalmente mais significativos do que os registrados nos séculos anteriores (Lanna, 1992; Reis Filho, 2004)¹. As condições sanitárias urbanas ligadas à moradia, tidas como não adequadas aos padrões de higiene estabelecidos pelos meios técnicos, acadêmico e pela administração pública, foram num primeiro momento analisadas e pensadas enquanto soluções de curto prazo, tal como outras questões urbanas que se apresentavam, para somente mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, serem incorporadas aos planos urbanos (LEME, 2005).

A partir do século XIX a construção de moradias urbanas salubres se deslocou do campo exclusivo da Arquitetura para assumir a dimensão do Urbano, na medida em que sua forma, sua localização e seu uso dentro das cidades implicavam um nível de planejamento de

¹ Carvalho (1987) anota que a década que precedeu a República apresentou um grande crescimento populacional relativo, quase dobrando em termos absolutos entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil habitantes. Segundo dados do Recenseamento realizado em 1920 (Ministerio da Agricultura..., 1923), o número de habitantes do antigo Distrito Federal era de 274.972 em 1872, 522.651 em 1890, 811.443 em 1906 e chegando a 1.157.873 em 1920.

caráter coletivo mais geral. A construção habitacional tornou-se um importante instrumento na provisão concreta de grandes centros, ganhando assim a esfera de ação do Planejamento Urbano.

A casa se instituía como uma unidade social e política, uma vez que todos os habitantes passaram a ter um endereço fixo reconhecido tanto por seus pares como pelo Estado. Dessa forma, a questão habitacional inquietava os grupos letrados que exerciam certa influência na opinião pública, como escritores, médicos, engenheiros e administradores públicos, que se manifestavam por meio de pareceres, matérias de jornais e revistas científicas. Além do controle, a idéia de se criarem novas habitações para os diferentes segmentos sociais tinha o objetivo de civilizar os hábitos da população, cujos modelos e modismos importados, sobretudo da Europa e da América do Norte, eram difundidos pela imprensa e pelos discursos especializados (Homem, 1996; Correia, 2004). A casa urbana teria assim a capacidade de civilizar, ou pelo menos de organizar a cidade, e sob esta perspectiva, ela foi um importante elemento de ordenação urbana.

A ela foram atrelados novos sentidos. De sua forma e significado emergiu a noção de moradia como espaço sanitário, espaço da vida privada e mesmo de propriedade. Passou a ter simultaneamente a acepção de lar e a conter a dimensão econômica, tanto na ideia do consumo, através da noção de conforto (Béguin, 1991), quanto no investimento, com a abertura do mercado imobiliário através de linhas de crédito a pequenos investidores e do acesso facilitado a uma parcela maior da população a modernos materiais de construção, antes importados e mais caros, possibilitando que diferentes montantes de capitais pudessem ser aplicados em imóveis para venda ou aluguel. A construção habitacional se consolidou então como uma alternativa para investimentos.

Durante esse processo, o ideal de moradia foi sendo reformulado e divulgado, seja nos meios técnico e acadêmico, seja através dos jornais, revistas e na própria legislação edilícia. Os projetos residenciais desse período tiveram a influência do “morar à francesa”, o que significava que, na medida do possível, as casas seriam bastante compartimentadas, denotando claramente as funções de cada cômodo (Homem, 1996). Isso apareceu de forma mais evidente nos projetos das *villas* ou dos abastados palacetes, enquanto os projetos habitacionais de menor escala destinados às classes mais pobres, que possuíam um número menor de cômodos, a ideia de promiscuidade foi atrelada ao uso desses aposentos.

Isso contribuiu para que a noção de *habitação* fosse com o tempo se afastando da de *habitação operária*, que se consagraria como um importante elemento regulador do espaço do

trabalho urbano e viria se firmar como uma alternativa na substituição dos combatidos cortiços e estalagens, em especial nas áreas mais valorizadas das cidades. Assim, ao se construir ideologicamente um tipo de habitação, a operária, que também poderia ser sinônimo de trabalhador, proletário ou classe pobre, os discursos sobre a moradia ganharam materialidade dentro da cidade.

Desde o século XIX, a urbanização do antigo Distrito Federal para além das freguesias centrais não contou com um plano que estruturasse a cidade como um todo e estabelecesse normas efetivas para os novos assentamentos. As leis que regulavam o espaço urbano até o terceiro quartel do século XIX preocupavam-se antes em modernizar e embelezar a capital, negando as reminiscências físicas de seu passado colonial que remetiam a um atraso material e social que se pretendia apagar. No período republicano esse caráter modernizador continuou prevalecendo sob a égide do projeto para a construção da nova capital da República², estruturado pelas redes de infraestrutura urbana e de transportes e pela construção de eixos de ligação com a zona central da cidade.

Este adensamento foi intrínseco ao processo de construção habitacional, que conferiu ao território uma estrutura social e fundiária que se manteria nas décadas seguintes e cuja herança ainda hoje permanece em sua tessitura urbana. Ele se deu pela iniciativa de agentes particulares que, através de investimentos de diferentes montas no mercado imobiliário, conformaram trechos urbanos contíguos na antiga capital. Muitos lugares antes ocupados pela aristocracia e marcados pelo uso residencial em propriedades maiores que as encontradas nas áreas centrais e com certo grau de autonomia passaram a ser ocupados por edifícios implantados em lotes de dimensões reduzidas e por uma crescente população composta sobretudo por trabalhadores urbanos.

O recorte temporal proposto nesse trabalho privilegia o aspecto legal de regulação de construções na cidade do Rio de Janeiro. Em 1875 foi promulgada a primeira lei com caráter capitalista de concessão para a construção de moradia em larga escala. O Decreto 2.687/1875 concedia a Americo de Castro a isenção da décima urbana por 10 anos e favores de desapropriação para a construção das Evoneas, primeiro projeto de caráter operário a ser discutido pelo governo como política de habitação para as classes pobres e de trabalhadores. Este projeto seria seguido por outros e, mais importante, a maneira de se projetar e planejar a cidade seria usada como modelo. A associação do poder público com o capital privado levaria a que

² Para o projeto de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro a partir de sua estruturação urbana, cf. entre outros autores Rezende (1982), Benchimol (1990), Motta (2004), Abreu (2006) e Pinheiro (2010).

particulares tivessem interesse em investir no mercado imobiliário, em uma ou várias habitações destinadas a uso próprio, venda ou aluguel.

O sistema adotado para o provimento dessas habitações para as classes pobres e de trabalhadores foi como outros de implementação de infraestrutura urbana. Através de concessões do Estado de benefícios e do direito de exploração de determinados serviços urbanos, empresas, particulares e bancos privados se encarregariam desses serviços. A produção de habitações operárias por empresas foi feita através desse mecanismo, que despiu a casa das camadas mais pobres de seu aspecto privado, tornando de interesse público sua forma e sua localização. O pequeno capital seguiu essa ideologia e reproduziu em escala reduzida esse padrão.

O processo intenso de construção, sobretudo de casas, durou ainda até a primeira metade do século XX. Segundo o Recenseamento de 1920, entre 1890 e 1920, foram construídos quase 60 mil domicílios no antigo Distrito Federal. No final da Primeira República, uma série de eventos alteraria os rumos de intervenção espacial na cidade do Rio de Janeiro e sua morfologia, como a popularização da argamassa e do cimento armado, possibilitando construções de maior gabarito, como o edifício de apartamentos. O Decreto Federal 5.481/1928, que “dispõe sobre a alienação parcial dos edifícios de mais de cinco andares e dá outras providências” foi em parte responsável pela verticalização da cidade, processo que fora iniciado havia alguns anos e que a partir de então se intensificaria.

Na cidade do Rio de Janeiro, o mercado imobiliário em ascensão adotou práticas de caráter capitalista em suas distintas esferas: nas reformas urbanas em áreas já consolidadas, na abertura de novos loteamentos e nas obras de infraestrutura. As mudanças políticas não significaram momentos de inflexão para este mercado, mas antes a permanência de personagens e de práticas. A maneira de se intervir no território continuou seguindo a lógica capitalista de produção do espaço urbano, afinando seus mecanismos administrativos e econômicos com os discursos técnicos e sociais.

Construção ideológica dos grupos e dos espaços operários

A ideia da casa ou da vila operária está ainda hoje substancialmente ligada ao mundo do trabalho e às relações nele estabelecidas, através da “intermediação das relações de produção [...] como forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no emprego” (Blay, 1985, p.18-20; 53ss.). O qualitativo *operário* lançou essa ideia em perspectiva histórica com acepção própria, descolada muitas vezes

de seu significado original, remetendo a um tipo específico de construção, a um lugar determinado dentro da cidade e à ocupação por um determinado segmento social. As discussões acerca desse tipo de habitação, por ocasião de sua construção, e sua formalização pela própria legislação contribuíram para a construção política, social e cultural deste significado mais genérico e do *operário* como um tipo, um padrão.

A adoção deste ideário operário na proposta de soluções para o problema habitacional foi feita através da convenção desse qualitativo, baseada nas experiências de outros países, entre eles Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França e Bélgica, recorrentemente citadas para se justificarem determinadas escolhas formais ou argumentos políticos e econômicos adotados. No Rio de Janeiro, as primeiras experiências locais realizadas viraram posteriormente referências para a legitimação de novas propostas, inclusive em outras cidades brasileiras, como foi o caso das *Evoneas* de Américo de Castro e das *Vilas* construídas pela Companhia de Saneamento, de Arthur Sauer (Figura 1).



Figura 1. Villa Arthur Sauer, da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, s/d. Fonte: Backheuser, 1906.

A construção de um ideário em torno da casa operária, proletária ou para classes pobres passara necessariamente pela constituição de uma noção que se estendia além da materialidade da moradia em si, sua forma e conteúdo. Remeter-se a ela significava a acolhida de novos valores sociais e a preocupação com a conformação de uma nova cidade, impregnada de ideais que deixariam para trás de vez o passado colonial do Rio de Janeiro, colocando a cidade em condições de equidade com as propostas sociais e teorias tidas como mais avançadas desenvolvidas pelos países capitalistas ocidentais. Significava, portanto, assumir um dos paradigmas da moderna civilização, sendo o *habitat moderno* (Correia, 2004) um dos pólos geradores dessa nova sociedade.

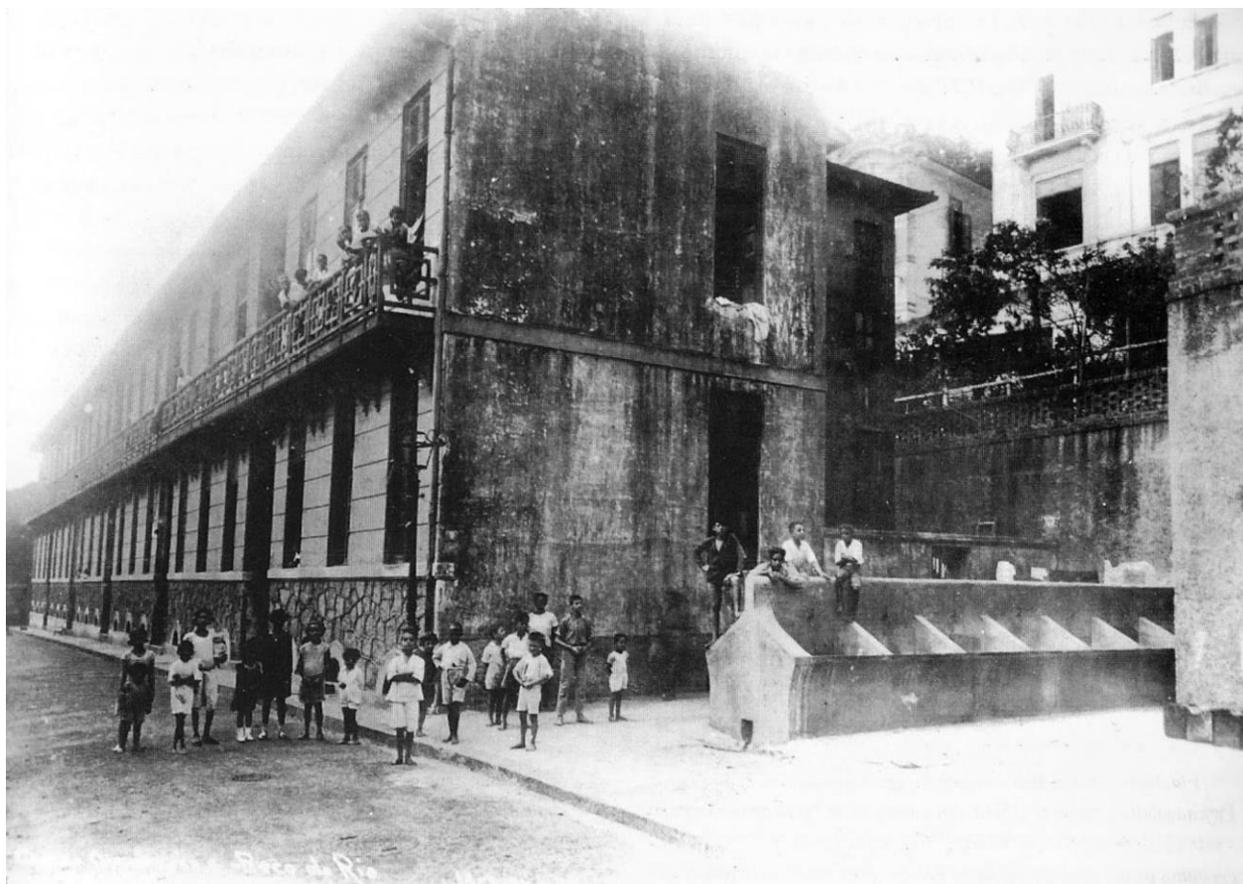


Figura 2. Casas operárias construídas no Beco do Rio. Autor: Augusto Malta, 1925. Fonte: Ciavatta, 2002.

O *typo operario* dos discursos e das propostas não se referia apenas à moradia; foi uma noção definida por uma essência, a do trabalho, que era restrita o suficiente para designar um conjunto de qualidades determinadas, que permitisse sua classificação no campo político, econômico, social e cultural, mas também genérica a ponto de possibilitar sua apropriação pelos discursos, conforme a conjuntura se apresentasse. Se tanto as características específicas quanto as

genéricas são essenciais na formação de um conceito, o *operário* por esta razão funcionava no urbano ao mesmo tempo como categoria instrumental e analítica (Léfèbvre, 1995). A noção de tipo, que está atrelada ao escopo de diversas disciplinas, foi aqui construída no sentido de distinção, que vai estruturar a constituição do padrão operário atrelado às classes pobres no ideário da Primeira República, guiando os novos projetos de cidades a partir de então (Figura 2).

Bourdieu (2007, p.134) propõe a construção de uma representação espacial do mundo social a partir dos princípios de diferenciação, constituídos por um conjunto de “propriedades atuantes” que existem no universo social e que são apropriadas pelos agentes ou grupos. Essas propriedades atuantes “[...] são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos”. A posição relativa no espaço de um agente ou de um grupo é definida ao mesmo tempo pela distribuição desses capitais (econômico, cultural, político ou social) e pela tomada de posição dentro de um universo de possibilidades. Esta composição do mundo social, ou a “topologia social” só existe relacionalmente e dentro de uma perspectiva temporal.

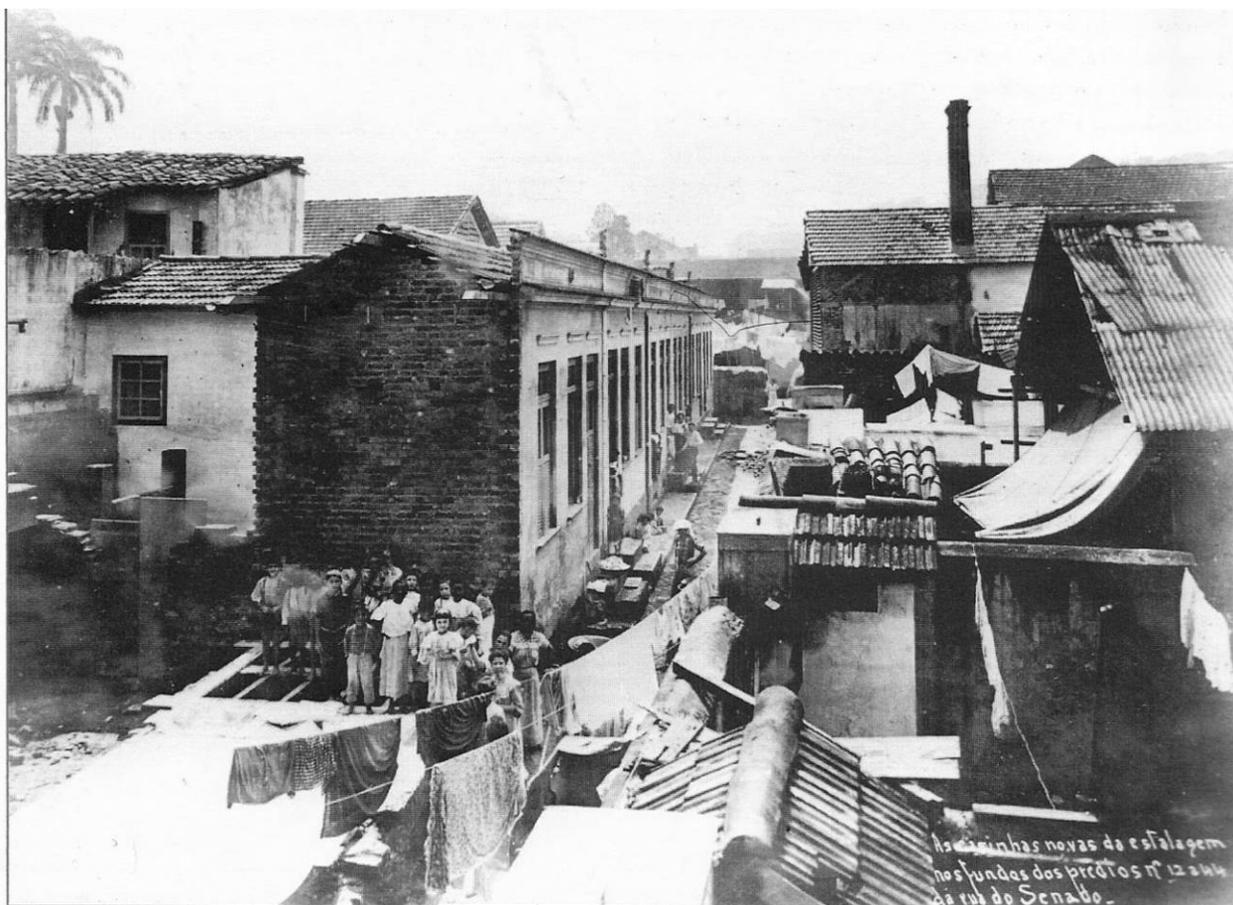


Figura 3. As casinhas novas da estalagem nos fundos dos prédios nº12.344 da rua do Senado. [Augusto Malta], [19--]. Disponível em: <<https://www.pinterest.com/pin/426645764672108115/>> [Acesso em: 01/11/2014].

O tipo operário se fortaleceu na sociedade urbana quando da ampliação dos grupos formados por diversos trabalhadores, operários, empregados domésticos e do comércio ou prestadores de serviços (Figura 3). A ideia de *classe* ligada a esses indivíduos, sobretudo na consolidação de uma classe média, se baseava em um grupo que se dinamizava com a industrialização e o trabalho livre, mas que se enquadrava com alguma dificuldade em um padrão mais restrito. Para Reis Filho (1996, p.27),

[à] margem dessa expansão das massas de mais baixo poder aquisitivo, ocorre o aparecimento de uma classe média, ocupada sobretudo no setor de serviços – comércio, administração, profissões liberais – que se instala nas faixas intermediárias entre os bairros mais pobres e as zonas destinadas às moradias das classes mais abastadas. É nessa faixa que vamos encontrar o embrião de um verdadeiro mercado imobiliário. [...] a propriedade imobiliária representa para a classe média a forma mais garantida de aplicação [...].

Sobre a formação da classe operária, Singer (1994) afirma que a totalidade dos trabalhadores constitui um grupo muito heterogêneo para ser considerado uma classe, pois há os que possuem os meios ou recursos para trabalhar por conta própria e os que não os possuem e são obrigados a sobreviver como assalariados ou vendendo sua força de trabalho.

O conceito de classe operária, ou proletariado, se refere basicamente ao conjunto de pessoas desprovidas de propriedade ou de qualquer fonte de renda e que, por isso, são obrigadas a alugar sua capacidade de trabalhar, isto é, vender a sua força de trabalho para poder viver. São trabalhadores assalariados. [...] chamamos de “classe trabalhadora” pessoas que vivem apenas de seu trabalho (Singer, 1994, p.5).

Para o autor, os trabalhadores autônomos, ou seja, os que possuem os recursos, constituem a “pequena burguesia” e os trabalhadores assalariados compõem a “classe operária”. Essas duas classes dependem do seu trabalho para viver e compõem grande parte da totalidade dos “pobres”, ou seja, das pessoas de baixa renda e poucas posses. De modo geral, o proletariado trabalharia nos ramos mais avançados da economia e a pequena burguesia, onde a produção em pequena escala ainda seria possível. Contudo, esta estrutura não comporta aqueles que compunham a nossa sociedade na virada para o século XX, como os agregados ou os prestadores de serviço informais.

Fausto (1976, p.5-6)³ afirma que “o estudo de um grupo social, nas suas grandes linhas, diz respeito às condições materiais de existência e à mentalidade coletiva, que ganha

³ Em seu trabalho sobre a Revolução de 1930, em parte retomado em trabalho posterior (Fausto et. al., 2006), Fausto (1975) trata das classes médias, no plural, e sua associação aos tenentistas: “o conceito é sinônimo aqui de população civil urbana, que

forma em uma ideologia, em comportamentos e atitudes”. Para o autor, em relação ao primeiro aspecto, o local de trabalho aparece como espaço relevante, uma vez que o operário tem uma jornada relativamente longa. Ao mesmo tempo, essas condições materiais dizem respeito à própria sobrevivência, sobretudo no que se refere à moradia e à alimentação. Em relação ao segundo aspecto, ele ganha sentido a partir de sua inserção no conjunto da sociedade, “[...] de cujo quadro mental participa a seu modo, assim como a partir de representações nascidas nas relações de trabalho e nas outras esferas da existência”.

Classe média é para Singer (1994) um conceito que pertence a outro sistema de classificação e nada tem a ver com o que define classe operária, capitalista ou pequeno-burguesa. Ela é definida por rendimento ou padrão de consumo. Há operários bem pagos em classes altas, capitalistas com padrões de consumo baixo que os colocam na classe baixa e há nas classes médias de operários, pequeno-burgueses e burgueses, assim como classe operária não é o mesmo que classe pobre. Ainda que o salário seja um importante indicador, a classe operária não se define pelo modo como consome, mas pelo modo como produz (Fausto, 1975).

Para Singer (1994, p.10), nem todos os assalariados são proletários e a ideia de democracia é incompatível com o caráter capitalista de um empreendimento. Entre a base e o topo de uma empresa há vários níveis de subordinação e a burguesia seria composta por pessoas que exercem a função de empregar e desempregar um grande número de assalariados. Essa divisão varia conforme se desenrolam as lutas internas; algumas categorias, como contramestre, por exemplo, podem ora se solidarizar com os operários, ora com os empresários. “[...] ‘pertencer’ a uma classe resulta das relações concretas que as pessoas mantêm na vida social. Alguém é proletário ou burguês conforme o modo como se insere na produção social”.

Muitos autores reconhecem a dificuldade de se definir classe média e estabelecer seus limites. Fausto et. al. (2006) chamam a atenção para a postura de Décio Saes, ao se referir a este grupo não como classe, mas como “camadas médias urbanas”. Os autores chamam a atenção para a tentativa de superar as dificuldades impostas pela teoria da estrutura social à pesquisa concreta,

trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não-manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais”. Essas classes médias eram antes um grupo com comportamento político, não econômico. “[...] parece válida a observação de Francisco Weffort no sentido de que as grandes linhas de comportamento da pequena-burguesia brasileira nesta década [1920] são dadas pela sua escassa autonomia em face ao núcleo agrário-exportador, tanto em termos de dependência social como ideológica. Weffort vincula a dependência às limitações que as características específicas das classes médias brasileiras impõem às perspectivas e alcance de sua ação política. Insiste ele no fato de que, diferentemente por exemplo, da antiga classe média americana, tais setores não têm sua principal atividade baseada na pequena propriedade, mas em áreas subordinadas (administração pública, serviços, etc.) de uma estrutura social e econômica cuja pauta é dada pela grande propriedade” (Fausto, 1975, p.54, 82-3).

pela composição da classe em cortes próprios à estratificação social. Oliveira (2003, p.5) ressalta que a parte da historiografia que tem se dedicado ao estudo desses setores médios é consensual ao afirmar que “[...] não há definição possível ou satisfatória, uma vez que se trata de grupo muito heterogêneo”.

França (1994, p.42), na discussão sobre a pertinência da atribuição do conceito de classe média a certas categorias de trabalhadores assalariados, toma como referência os funcionários públicos brasileiros. A autora afirma que o problema começa quando o “[...] grupo social que não se enquadra nos critérios de definição de burguês, proprietário privado, capitalista, enfim a classe dominante, e que também não exerce um trabalho assalariado manual, ou seja, o conhecido operário ou proletário”.

A autora também chama a atenção para alguns estudos, com base na sociologia de inspiração americana, que fazem uso da estatística para classificarem as populações segundo critérios de posse de bens. Contudo, nos estudos mais recentes de casos concretos, os cientistas sociais são obrigados a fazer uso de novos conceitos para exprimir a pluralidade interna desse grupo. Neste sentido, Fausto et. al. (2006, p.17), com o objetivo de estabelecer uma análise da prática política das classes médias, propõem para superar a dicotomia entre burguesia e proletariado, não o estabelecimento de cortes horizontais, mas

[...] processos que possam explicar a aglutinação dos diferentes conjuntos que compõem a pequena burguesia e as classes médias, como a imigração, a urbanização e a burocratização e, em menor escala durante a Primeira República, a industrialização com seu peso de racionalidade, de técnica.

Apesar dos esforços em criar um ideário em torno do operário enquanto um tipo, mesmo vinculado ao trabalhador urbano de uma maneira geral, este era um grupo muito diverso por sua própria historicidade. O passado escravocrata e seu processo de alforria associados à incorporação da mão-de-obra livre formou um grupo bastante heterogêneo, que abarcava do escravo liberto ao operário da incipiente indústria, dos trabalhadores livres e prestadores de serviço aos funcionários públicos de baixo escalão. Os grupos arranjados em torno da questão da habitação se posicionavam a partir das associações estabelecidas com o objeto, a casa, desta com a cidade e com questões a ela relacionadas pertinentes a seus interesses, sempre em relação ao do outro.

Estratégias de organização do espaço urbano pela habitação

No processo de configuração das áreas urbanas fora da zona central no Rio de Janeiro desde o último quartel do século XIX, foi sendo reiterada a característica de uso misto desses

locais, agregando no espaço moradia e trabalho, tanto no nível predial quanto de sua tessitura. Para além dos usos, houve em relação ao tecido urbano já existente e aos planos faustosos que visavam à área central⁴ certo assentamento de uma contextura aparentemente despreziosa, mas que visava a um melhor aproveitamento dos terrenos para sua comercialização, estruturada principalmente pelos caminhos que cortavam a região.

Os arrabaldes da cidade, outrora ocupados por chácaras pertencentes a famílias abonadas que tinham condições de morar afastadas da área mais adensada da cidade, foram conectados à área central por linhas regulares de transportes, vias largas, avenidas ou bulevares, e retalhados em lotes menores, com dimensões urbanas, cortados por novas ruas. Ali seriam construídas habitações, com um ou dois cômodos de frente, com ou sem jardins e recuos, destinadas à população de trabalhadores e remediados, adensando tais lugares horizontalmente.

Neste sentido, a moradia, tanto pela área que ocupa, quanto pela representatividade em termos quantitativos, desempenhou um papel relevante na conformação dessas áreas. Os desmembramentos dos lotes e a divisão das antigas chácaras tinham predominantemente como horizonte receber projetos que contemplassem de alguma maneira o uso residencial. Se não se construísse a casa ou um edifício de uso misto, seriam levantados prédios comerciais de menor porte que, não raro, tendiam a servir à população local. Muitas residências foram propostas em locais interessantes à população por se localizarem no entorno de uma fábrica ou de outro estabelecimento que atraísse um número significativo de trabalhadores.

Pode-se considerar que a estruturação de muitas áreas da cidade se deu em torno de uma série de embates relativos à habitação, entre particulares, loteadores, construtores e Estado, no âmbito municipal e federal, a partir das conveniências relativas ao projeto urbano. A habitação foi tema amplamente discutido e seus pressupostos reformulados conforme avançavam as novas descobertas técnicas e científicas ou se recolocavam as questões sociais. Contudo, no âmbito urbano, foi a casa do pobre de padrão operário ou proletário que gerou grandes debates, pautados principalmente pelos preceitos de higiene e salubridade pública. Nesta perspectiva, o principal assunto deste período foi a questão dos cortiços, das casas de cômodos e das habitações coletivas, apontados como principais focos das epidemias e como lugares dos males sociais e morais.

⁴ O tecido resultante dessa experiência se modifica a partir da década de 1930, com a experiência do Plano Agache e do zoneamento funcional.

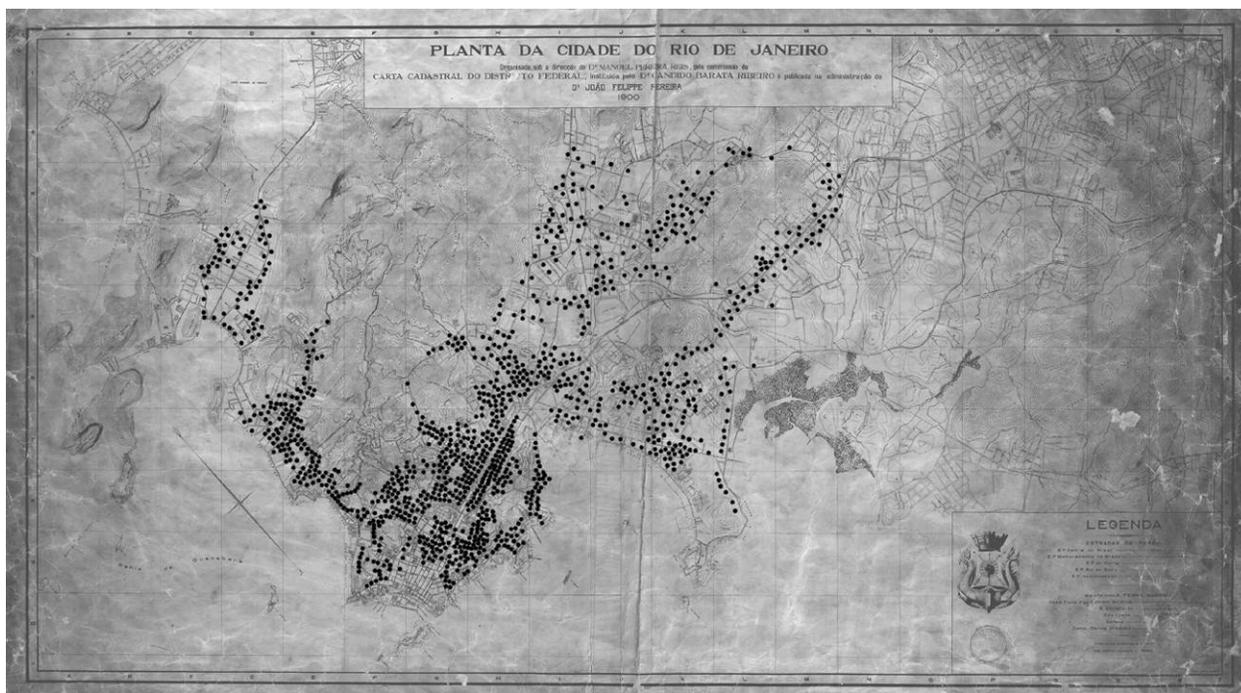


Figura 4. Localização conjectural das habitações coletivas na cidade na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Fonte: Vaz; 1985. Base: Comissão da Carta Corográfica, 1900. Acervo: BNRJ.

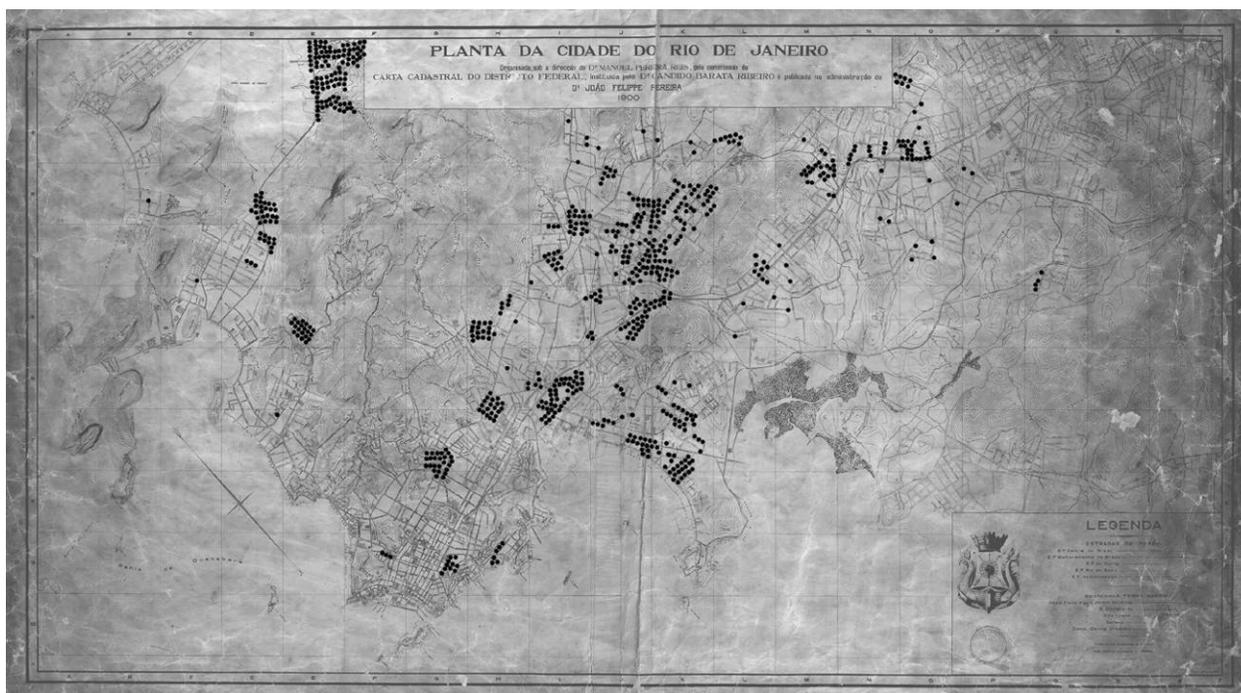


Figura 5. Localização conjectural das habitações operárias na cidade na cidade do Rio de Janeiro na virada para o século XX. Fonte: Gennari, 2013. Base: Comissão da Carta Corográfica, 1900. Acervo: BNRJ.

Houve disputas em torno dessas habitações, sobretudo nas freguesias centrais (Figuras 4 e 5). Abreu (1986) ressalta que, para facilitar seu controle, uma das soluções era evitar o aparecimento e o desenvolvimento de focos potenciais de explosão urbana, razão pela qual

várias habitações coletivas foram demolidas em nome da higiene, apesar dos protestos da Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios. Chalhoub (1996) chama a atenção para o fato de os cortiços terem sido um importante lugar da luta dos negros contra a escravidão e a expulsão das classes pobres dessas áreas centrais poderia estar associada a uma decisão política de desarticulação da memória dos “movimentos sociais urbanos”. Neste sentido, o autor alerta ainda para a união entre os higienistas e o grande capital imobiliário contra os corticeiros, representantes do pequeno capital imobiliário, na disputa por essas áreas muito valorizadas (Mattos, 2008).

Os interesses em torno dos cortiços, como meio de exploração do solo onde se encontravam instalados e dos benefícios recebidos para a construção de casas operárias ou das vantagens que uma empresa com este caráter poderia obter (como a isenção de taxas na importação de materiais), levou à desqualificação dos moradores dos “cabeças de porco”, como demonstrado nos trabalhos de Pechman (1985), Vaz (1985), Benchimol (1990), Abreu (1986) e Correia (2004), entre outros. Argumentos como “[...] essas imundas habitações são ocupadas, na maior parte, por gente ociosa, que prefere as privações da miséria ao trabalho que lhes proporcionaria do *commodos da vida*” (A Republica, 17.06.1890, p. 1) aparecem ao lado de outros que situavam esses moradores como observadores sociais passivos, incapazes de empreender alguma mudança por conta própria (Engels, 1985), ou vítimas da miséria que os tornava parte das discussões sobre a intervenção urbana em nossa sociedade pós-escravidão ainda vigorosamente hierarquizada, apesar de seu dinamismo.

Considerações Finais

A expectativa da maior parte dos cariocas era, certamente, o acesso econômico à moradia. A questão relativa à higiene das casas, como norma disciplinar que cumprisse formalmente as novas prerrogativas de divisão de tempo e trabalho próprias da sociedade moderna, foi sendo social e culturalmente inculcada *a posteriori* na população fora dos meios tidos como competentes para tratar do assunto. Antes da casa higiênica, interessava às pessoas a casa asseada e, por extensão, a própria cidade. Os anseios cotidianos eram mais pragmáticos, em torno dos quais era produzida parte significativa dos conflitos urbanos, e o meio deveria dar respostas a esses problemas.

A higiene tida como ideologia, mais que democratizar os avanços técnicos e científicos relativos à moradia e à cidade, cumpria o duplo papel de instrumento de intervenção e

de diferenciação social e espacial. Foi um pressuposto na construção de novos edifícios abastados e na reformulação dos espaços públicos onde circulava o capital, ao mesmo tempo em que foi usada como pretexto para se intervir na tessitura urbana e em espaços mais empobrecidos, mas de interesse do capital. No conjunto da cidade e das construções, a ideologia higienista foi vislumbrada para se colocarem em prática os anseios de determinados grupos e não necessariamente para servir ao interesse de todos.

Referências

A Republica. Rio de Janeiro, 17.06.1890. Acervo: BNRJ.

Abreu, M. A. 1986. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*. Niterói, v. 1, n. 2, 47-58, jan./abr.

Abreu, M. A. 2006. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Iplanrio.

Backheuser, E. 1906. *Habitacoes populares*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Béguin, F. 1991. As maquinarias inglesas do conforto. Trad. Jorge H. Oseki. *Espaço e Debates*. São Paulo, n. 34, 39-54.

Benchimol, J. L. 1990. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. (Biblioteca Carioca; v. 11).

Benevolo, L. 1967. *Origenes de la urbanistica moderna*. Trad. Floreal Mazia. Buenos Aires, Tekne.

BLAY, E. A. 1985. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel.

Bourdieu, P. 2007. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Carvalho, J. M. 1987. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.

Ciavatta, M. 2002. *O Mundo do Trabalho em Imagens: A Fotografia como Fonte Histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP&A. Disponível em: <<http://goo.gl/nJKmr7>> [Acesso em: 25 nov. 2014]. (Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa).

Chalhoub, S. 1996. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras.

Comissão da Carta Corográfica (Rio de Janeiro, RJ). 1900. *Planta da cidade do Rio de Janeiro* / organizada, sob a direcção do dr. Manoel Pereira Reis, pela Comissão da Carta Cadastral do Distrito Federal, instituída pelo Dr. Candido Barata Ribeiro e publicada na administração do Dr. João Felipe Pereira. [s.n.]. 1 mapa: 70 x 128cm. Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://goo.gl/QT2DnV>> [Acesso em 25 nov. 2014].

Correia, T. B. 2004. *A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950*. São Carlos, RiMa.

Engels, F. 1985. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Trad. Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo, Global. (coleção Bases; 47).

Fausto, B. 1975. *A revolução de 30: historiografia e história*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense.

Fausto, B. 1976. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel.

Fausto, B. et alii. 2006. *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano; sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, tomo 3, v. 9.

Gennari, L. A. 2013. *O lugar da casa na cidade: Rio de Janeiro na Belle Époque*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Homem, M. C. N. 1996. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo, Martins Fontes.

Lanna, A. L. D. 1990. Santos 1870/1914: transformações urbanas e sociais. In: I SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 1992, Salvador. Anais... Salvador, Universidade Federal da Bahia, 355-370.

Léfèbvre, H. 1995. *Lógica formal / lógica dialética*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Leme, M. C. S. 2005. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. 2ª ed. Salvador, EDUFBA.

Mattos, R. C. 2008. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, Directoria Geral de Estatística. 1923. *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920: População do Rio de*

Janeiro Janeiro (Districto Federal). Histórico da cidade e dos inqueritos censitarios. Crescimento, densidade e distribuição da população segundo o sexo, o estado civil, a nacionalidade, a idade, o grão de instrução, os defeitos phisicos e as profissões. v. 2; 1ª parte. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística.

Motta, M. 2004. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. (coleção Descobrindo o Brasil).

Pechman, R. M. 1985. *A gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Pinheiro, A. I. F. (org.). 2010. *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra.

Reis Filho, N. G. 1996. *Apropriação do solo urbano e política habitacional*. São Paulo, FAU/USP. (cadernos de pesquisa do LAP, série urbanização e urbanismo, n. 14).

Reis Filho, N. G. 2004. *Quadro do urbanismo no Brasil*. Quarta parte: urbanização em uma república oligárquica, 1889-1930. Relatório de Pesquisa (Fapesp) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. (mimeo).

Rezende, V. L. F. M. 1982. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. (coleção Retratos do Brasil; 159).

Singer, P. 1994. *A formação da classe operária*. 14ª ed. São Paulo, Atual. (coleção Discutindo a história).

Vaz, L. F. 1985. *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular: as habitações coletivas no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.